

## EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: CAMINHOS, CONQUISTAS E DESAFIOS

Roberta Martins de Araujo<sup>1</sup>

O presente artigo objetiva discutir brevemente alguns caminhos historicamente percorridos na direção da elaboração de uma proposta de educação sexual no espaço escolar, onde, sua expressão máxima, em termos de conquista e legalidade, está contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), inserida na perspectiva da transversalidade. Neste sentido, serão realizadas algumas reflexões acerca dos aspectos políticos e novas demandas que incidem sobre a educação sexual dos dias atuais. As análises contidas neste artigo são resultados de uma pesquisa bibliográfica, no qual os resultados e considerações discorridas no texto são parciais, e, apontam para o fato de que, passada mais de uma década da publicação deste documento, poucas mudanças ocorreram em termos objetivos e subjetivos com relação à concretização de projetos voltados para uma educação sexual comprometida com os princípios da liberdade, igualdade e não discriminação.

**Palavras chave:** Educação Sexual. Escola. Luta Política.

### Introdução

Na sociedade contemporânea, vários são os desafios lançados à educação básica, uma vez que à esta delega-se grande responsabilidade ao processo de apropriação das habilidades humanas. Este fato, no sentido da totalidade, integra a transmissão e construção de vários conhecimentos, entre eles, aqueles que se remetem a sexualidade.

Em muitos casos, devido especificamente à tradição judaico-cristã, a sexualidade se insere na esfera do “proibido”, do “pecaminoso” e do “promiscuo”. De certo modo, isto fez surgir uma determinada cultura conservadora acerca do sexo e do seu significado.

Uma vez influenciados por esse aspecto cultural, pais e educadores acabam exercendo o papel de repressores sobre o comportamento sexual de crianças e adolescentes.

Nestes casos, a família, quando não exerce o papel persecutório e punitivo, acaba se ausentando, fazendo aumentar ainda mais a responsabilidade da escola.

Se quiséssemos representar duas atitudes comuns de pais e educadores sobre a sexualidade da criança em duas tipologias metafóricas dominantes poderíamos elencar a chamada “pedagogia do bombeiro”,

---

<sup>1</sup> Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Práticas Educativas – MEDIAR, da Universidade Estadual do Oeste de Paraná – UNIOESTE/ Foz do Iguaçu.

entendendo-a como aquela intervenção unilateral de supostamente “apagar incêndios” no tocante às manifestações da curiosidade infantil, inibidora e mistificadora contrapondo-a à “pedagogia da avestruz”, entendendo-a como aquela atitude de “fingir que não vê”, enterrando a cabeça na areia do dia-a-dia, para não enfocar a questão. (NUNES e SILVA, p. 03, 2000)

Frente ao desconforto dos fatos e questionamentos, pais e educadores adotam posturas ambíguas, ora repressora, ora omissa, negando às crianças e adolescentes a possibilidade do entendimento amplo e esclarecedor sobre a sua sexualidade. Além do aspecto religioso que atua fortemente sobre a temática em pauta, tais atitudes estão intimamente relacionadas ao pouco conhecimento que se tem acerca destas fases da vida, não reconhecendo a sua fundamental importância no processo de construção da identidade dos sujeitos.

Esta reflexão objetiva resenhar, de forma muito breve, o processo de institucionalização da educação sexual no Brasil, sobretudo, ressaltar os avanços e conquistas que se desdobraram na construção da proposta de Orientação Sexual incluída como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e por fim discutir a ressonância desta proposta no contexto escolar brasileiro.

### **Breve olhar sobre a institucionalização da educação sexual no Brasil**

A discussão da qual este artigo se ocupa tem por intento abordar de forma breve a questão relacionada à institucionalização da educação sexual<sup>2</sup> no Brasil, atentando principalmente para a relevância dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, com destaque para o tema transversal da Orientação Sexual, publicado a pouco mais de uma década pelo Ministério da Educação.

Sabe-se que apesar da pertinência da discussão sobre a educação sexual no interior das escolas, ainda nos dias atuais esbarramos em uma série de dificuldades que impossibilitam a efetivação de uma educação sexual para além da informação.

De acordo Reis (2006), foram nas décadas iniciais do século XX, que surgiram no Brasil as primeiras propostas que visaram promover a discussão e elaboração da institucionalização dos saberes sexuais. Desta época aos dias atuais, vários caminhos foram

---

<sup>2</sup> Os termos Educação Sexual e Orientação Sexual discutidos no interior do texto possuem a mesma significação no sentido de constituir um “trabalho formal, planejado, intencional, e sistemático com professores e/ ou alunos para tratar de questões envolvendo a Sexualidade” (RIBEIRO, 2010, p. 38).

percorridos em direções distintas, que oscilam entre, um modelo pedagógico de caráter meramente normativo, à construção de uma proposta educativa emancipatória.

As primeiras iniciativas voltadas para a institucionalização do conhecimento sexual no Brasil ocorreram em concomitância com as grandes modificações sociais, econômicas e políticas que eclodiram no cenário histórico brasileiro, impulsionados pelo incipiente processo de implantação de uma nova organização social, não mais escravagista, mas capitalista.

A instauração desta nova ordem político-social, ocorrida entre o fim do século XIX e início do século XX, provocou um profundo “colapso social” que, deu início ao largo processo de êxodo rural, denso inchaço dos centros urbanos, e, por conseguinte, inúmeros problemas de infra-estrutura que, repercutiram diretamente na saúde pública (REIS, 2006).

Além disso, esse novo contexto trouxe também a necessidade de um amplo processo de desenvolvimento técnico-científico aliado à construção e consolidação de novos valores morais e culturais.

A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil ocorreu a partir do final do século XIX e principalmente nas primeiras décadas do século XX, quando médicos e, posteriormente educadores, elaboraram, desenvolveram ou se apropriaram de teorias e idéias que foram consideradas científicas e capazes de dar sustentação àquelas instituições que necessitavam de um discurso oficial para atingir seus objetivos de fazer ciência, propor ações educacionais e práticas pedagógicas e resolver os problemas da saúde pública, em alguns casos para justificar ideologias e exercer poder. (RIBEIRO, 2005, p. 01)

Diante deste cenário, entre as décadas de 1915 e 1950, a Medicina praticada no Brasil desempenhou importante papel de saneamento social, assim como, de difusão e consolidação do discurso médico-científico que preconizava as ações de profilaxia, classificação, estudo das doenças sexualmente transmissíveis (chamadas doenças venéreas) e dos desvios sexuais (REIS, 2006). Tais práticas foram fortemente influenciadas pelas correntes médico-higienista e eugênica, predominantes nesta época na Europa.

O foco de preocupação do movimento higienista era a descoberta das doenças que colocavam em risco a saúde pública e foi propagado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O movimento eugenista se preocupava mais em entender o cruzamento racial como o grande mal e foi propagado pela Faculdade de Medicina da Bahia. (REIS, 2006, p. 36)

Segundo a definição de Reis (2006), a preocupação do movimento higienista estava centrada nos problemas relacionados à moral e aos costumes, principalmente sobre as doenças físicas e mentais provocadas por comportamentos considerados “inadequados”, enquanto a corrente eugênica se ocupava com os problemas relacionados à raça, na qual, segundo seus estudos, as anormalidades físicas e psíquicas poderiam estar relacionadas com a miscigenação dos povos. Vale ressaltar que estas correntes médicas e ideológicas desempenharam um papel fundamental de difusão do racismo no Brasil.

Os anos de 1960, foram palco de inúmeros acontecimentos políticos, culturais e sociais no cenário mundial que tiveram como um dos pontos centrais o questionamento em relação à moral sexual das gerações antecedentes. Tais movimentos tiveram como principais sujeitos os jovens e as mulheres.

Nesta mesma década, podemos também ressaltar o fortalecimento do movimento feminista nos E.U.A e na Europa, a luta pelo uso da pílula anticoncepcional, o confronto direto aos valores morais e conservadores, verificado no maio de 1968 na França, a intensa militância do Movimento Estudantil, entre outros acontecimentos. Estes fatos acabaram influenciando os movimentos sociais e políticos do Brasil.

Nesse contexto, foram desenvolvidas no Brasil as primeiras experiências referentes à educação sexual nas instituições escolares.

Na década de 60, mais precisamente entre os anos de 1963 e 1969, algumas escolas pioneiras tentaram implantar a orientação sexual nos programas para alunos. Eram escolas de orientação mais progressista, como o Colégio de Aplicação Fidelino de Figueiredo, orientado por Maria José Werebe e, na época vinculado ao Departamento de Psicologia da USP (em São Paulo); os Ginásios Vocacionais, sob direção de Maria Nilde Mascelani (em São Paulo); Grupo Escolar Barão do Rio Branco (em Belo Horizonte); os Colégios José Bonifácio e André Maurois (no Rio de Janeiro), este último criando um curso de orientação sexual a pedido dos próprios alunos. Porém, foram todas as iniciativas abortadas em função da ideologia moralista defendida com o sucesso do golpe de Estado ocorrido em 31 de março de 1964. Usando argumentação como a imoralidade, irresponsabilidade e *inutilidade* [...] (RIBEIRO, p. 12, 1990).

Mesmo tendo um caráter avançado para os padrões morais da época, que sequer permita o diálogo sobre o assunto, Nunes e Silva (2000), destacam que estes trabalhos indicavam uma educação sexual *normativa e parenética*. Os materiais produzidos eram informativos e manuais que assemelhavam aos aconselhamentos religiosos, que traziam

informações acerca do sexo praticado no casamento, sobressaltando a preservação dos valores da família patriarcal, oriundos do núcleo conservador da sociedade brasileira.

Segundo Ribeiro (1990), mesmo sobre os riscos da severa repressão exercida pela ditadura, nos anos de 1970, ainda persistiram os trabalhos e projetos dedicados à orientação sexual em algumas instituições.

Neste momento, mesmo considerando o aspecto progressista destas iniciativas, educação sexual adquire um viés *médico-biologista* que, ainda hoje sua abordagem persiste nos materiais relacionados à educação sexual de crianças, jovens e adultos. Este modelo se caracteriza pelo enfoque fragmentado e estanque dos órgãos genitais masculino e feminino, descrevendo suas anatomias e funções procriativas (NUNES e SILVA, 2000).

Por meio desta abordagem, buscava-se inibir a prática sexual antes do casamento através da disseminação do medo de contágio das doenças venéreas e gravidez precoce. Este modelo trata a sexualidade de forma isolada, desconsiderando todos os elementos afetivos, psicológicos, culturais, sociais, que envolvem esta temática.

Os anos de 1980 no Brasil, foram significativamente marcados pela abertura do regime político democrático, impulsionado pelas forças populares, movimentos sociais, partidos políticos, entidades e agremiações, entre tantos. Tal contexto impulsionou e incorporou os questionamentos correlatos a sexualidade: como a redefinição do papel da mulher neste novo cenário, difusão das pílulas anticoncepcionais, maior liberdade sexual das mulheres e jovens, atitudes ambíguas diante dos tradicionais padrões sexuais e das novas liberdades conquistadas, entre outros.

Nesta época, surgem também muitos trabalhos que se propuseram a discutir o tema da educação sexual, principalmente nas áreas da educação e da psicologia. Notadamente um aspecto marcante deste período que perdura até os dias atuais é o conflito entre os valores conservadores arraigados em nossa cultura e o anseio pela necessidade de superação dos mesmos.

Nos anos 1990, a noção de sexualidade passou a ser redefinida e discutida a partir dos padrões estabelecidos pelo mercado. A mídia exerce um papel fundamental na difusão desta cultura que valoriza determinados estereótipos de beleza, assim como também fortalece a indústria cultural, que super-fatura com a produção de diversos materiais direcionados a satisfação dos *fetiches sexuais* – sexy-shop, indústria pornográfica, sexo grupal, motéis, boates especializadas, entre outros (NUNES e SILVA, 2000).

Estes padrões e atitudes frente à sexualidade se estendem aos dias atuais. Sabemos que decorrente desta “liberação” do sexo, aliada a ausência de uma educação sexual que extrapole os limites da mera informação, hoje, a sexualidade pode ser também compreendida como um problema de saúde pública, dado os altos índices de contágio de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Ressaltando que, atualmente, o foco destas preocupações ligadas ao setor da saúde pública possui um caráter distinto daquele presente no início do século XX, defendidos pelas correntes médicas higienista e eugênica.

Apesar disso, muitos pesquisadores, educadores e alguns setores organizados da sociedade civil obtiveram grandes avanços no que se refere à reflexão e a prática de uma educação sexual para além da informação. O mais recente avanço, em termos burocráticos, está expresso na reorganização curricular do ensino básico no Brasil, ocorrida na década de 1990, que traz consigo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, indicando as diretrizes para o Ensino Fundamental, nos quais estão inseridos os temas transversais, que incluem a orientação sexual como um dos assuntos relevantes a serem trabalhados nas instituições escolares.

As proposições contidas nos trabalhos mais recentes relacionados à educação sexual, versam o esboço de uma abordagem fundamentalmente emancipatória,

A emancipação pode ser entendida como a formação para a compreensão plena, integral, histórica, ética, estética, psicossocialmente significativa e consciente das potencialidades sexuais humanas e vivência subjetiva e socialmente responsável e realizadora. (NUNES e SILVA, 1995, p. 17).

Este enfoque envolve os diversos aspectos da sexualidade de forma com que esta esteja vinculada à conquista do prazer, satisfação, naturalidade, descoberta, respeito, autoconhecimento e responsabilidade. Contudo, sabe-se que há um longo caminho a ser percorrido, dentro e fora do espaço escolar, na busca dos avanços necessários para realização de uma educação sexual significativa, transformadora e emancipatória.

Feitas as primeiras considerações sobre a institucionalização da educação sexual no Brasil, faremos agora uma breve análise sobre a proposta expostas nos PCNs referente à orientação sexual.

### **A Orientação Sexual proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs**

Neste tópico será apenas exposta a proposta de Orientação Sexual expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, para que posteriormente sejam feitas algumas considerações sobre o documento em questão.

No ano de 1997 foram publicados os PCNs, nos quais constam os fundamentos e referenciais teóricos que devem subsidiar a organização curricular da Educação Básica brasileira. Neles, além das disciplinas obrigatórias do currículo básico, são integrados os temas transversais que tratam da Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Os PCNs, em especial o tema transversal da Orientação Sexual, pode ser considerado uma sinalização oficial pioneira no que se refere ao reconhecimento da importância de se discutir e trabalhar a sexualidade nas instituições oficiais de ensino, “pois eles constituem o conjunto oficial de instruções e indicações para o trabalho de orientação sexual na escola, e foram eles que deram a abertura necessária para o surgimento de outras propostas de atuação” (LEÃO, RIBEIRO e BEDIN, 2010, p. 40).

De modo geral, os temas transversais são assuntos que perpassam as diversas áreas do conhecimento sem que necessariamente haja uma disciplina específica para trabalhar estes assuntos,

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores. (BRASIL, 1997, vol. 1, p. 64).

De acordo com os parâmetros, o trabalho direcionado para a orientação sexual nas escolas, tem como proposta atender a necessidade de discutir a sexualidade como elemento inerente à produção da vida humana. Além disso, busca tratar de assuntos não menos importantes como: a questão de gênero, avanço das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, entre outros assuntos correlatos a essa temática.

Ao tratar do tema da Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em

seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros que são problemas atuais e preocupantes. (BRASIL, 1997, Vol. 10, p. 107)

No sentido de desenvolver um trabalho pedagógico na perspectiva da transversalidade, o documento orienta para a necessidade de o assunto ser trabalhado não somente nos conteúdos formais que tratam dos aparelhos reprodutivos, da anatomia e fisiologia do corpo humano, pois, para além deste recorte biológico, existe uma série de outros elementos constituintes da sexualidade humana que merecem um olhar atento para as outras áreas do conhecimento.

No documento, o tema da orientação sexual pauta-se na seguinte concepção acerca da sexualidade,

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. A sexualidade é entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Além disso, sendo a sexualidade constituída ao longo da vida, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então a singularidade em cada sujeito. (BRASIL, 1997, vol. 10, p. 117).

A abordagem apresentada nos parâmetros considera que a sexualidade congrega um conjunto de elementos intrinsecamente ligados ao processo de construção histórica, cultural e social dos sujeitos, estando ela presente desde os momentos iniciais da vida humana. Desta maneira, não é equivocado afirmar que a educação sexual das crianças ocorre inicialmente em âmbito privado e familiar, sendo ela trabalhada de forma intencional e consciente ou não.

Contudo, sendo a escola uma instituição que visa promover ao máximo o desenvolvimento dos sujeitos através da socialização, difusão do conhecimento científico, cultura e valores<sup>3</sup>, delega-se a ela a co-responsabilidade junto à família de discutir as questões remetentes aos saberes sexuais. A função da escola, como espaço de formação e humanização dos sujeitos, é de “posicionar-se clara e conscientemente sobre as referências

---

<sup>3</sup> Valores aqui entendidos como, princípios de tolerância, o despertar da crítica, incentivar a participação ativa das decisões importantes da sociedade, entre outros.

e limites com os quais irá trabalhar as expressões da sexualidade dos alunos” (BRASIL, p. 130).

[...] cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado na escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (BRASIL, 1997, Vol. 10, p. 121)

De acordo com o documento, ao assumir esta responsabilidade, a escola deve desenvolver um trabalho diferente do que é proporcionado na esfera da família, na qual, deve suscitar questionamentos e problematizações, pautando esta discussão sobre as bases do conhecimento científico, e, por isso, este trabalho nem de longe deve assemelhar-se a um caráter de aconselhamento ou mesmo psicoterapêutico.

Nesse mesmo horizonte, o documento especifica que a escola tem o papel de tornar público este conhecimento e discutir questões que envolvem as atitudes de intolerância, tabus, preconceitos, mitos e crenças que trilham o caminho inverso do diálogo e construção de uma nova postura ante os inúmeros problemas que concernem direta ou indiretamente à temática da orientação sexual.

De acordo com os PCN's, esta discussão é necessária, legítima e lícita para a comunidade escolar, e nesta direção, o professor assume o papel de centralidade no processo de condução do trabalho voltado para a educação sexual:

O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelo aluno. É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. [...] Ao atuar como um profissional a quem compete conduzir o processo de reflexão possibilitará ao aluno autonomia para eleger valores, tomar posições e ampliar seu universo de conhecimentos, o professor deve ter discernimento para não transmitir valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas. (BRASIL, 1997, Vol. 10, p. 123)

Sabe-se que na relação professor-aluno o profissional docente manifesta suas impressões, valores, opiniões e posicionamentos diversos, relacionados à sua vivência e concepção pessoal da sexualidade. Não se pode exigir um posicionamento “neutro” deste

profissional. Porém, por via da lucidez destes valores, bem como do reconhecimento do espaço profissional ocupado, respaldado pelo conhecimento teórico-metodológico, pode-se assegurar a condução do bom encaminhamento das mediações feitas entre professor-aluno a fim de promover uma educação sexual pautada sobre os princípios de liberdade, igualdade e não discriminação.

Em síntese, a proposta de orientação sexual exposta no documento em questão, trás consigo uma discussão mais conceitual acerca do trabalho direcionado para as escolas, dando aos educadores a noção exata da emergência em discutir abertamente a sexualidade com seus alunos, uma vez que, esta dimensão da vida se manifesta de inúmeras formas e nos mais variados espaços.

### **A orientação sexual nas escolas para além dos PCNs**

A atenção curricular dirigida às questões relacionadas à sexualidade pode ser considerada um avanço na medida em que trás à luz a formalização do reconhecimento da importância do trabalho de orientação sexual no espaço escolar, sendo este assunto admitido como elemento integrante dos aspectos sociais, culturais e políticos.

A educação sexual, compreendida a partir desta ótica, extrapola as questões relacionadas à área da saúde, abordagem até então predominante, e passa a considerar a complexidade das relações e conflitos sociais existentes dentro e fora da escola.

A proposta direcionada à orientação sexual na escola sob forma de documento é incontestavelmente um avanço, no entanto, mesmo passada mais de uma década da publicação dos PCN's, observamos grandes limites entre o alcance desta proposta e as práticas cotidianas no contexto escolar frente as mínimas manifestações e curiosidades sexuais de crianças e jovens.

Por esse motivo corremos o risco do diletantismo e da ineficiência deste trabalho que se propõe transversal que, neste contexto, viria não exatamente a colaborar com a questão como interesse pedagógico coletivo, mas, se assumido numa perspectiva improvisada e voluntária, redundaria no ecletismo e na banalização do assunto. (NUNES e SILVA, 2000, p. 65).

Seria repetitivo se não fosse a realidade dos fatos, insistir na denúncia de que ainda são escassos, em muitos casos, inexistentes, as iniciativas pedagógicas e recursos

destinados à promoção de uma proposta pedagógica direcionada a este trabalho específico. Ao observar o contexto educacional brasileiro, constatamos que o avanço conquistado ainda se encontra apenas sob o aspecto burocrático da lei, salvaguarda raras exceções.

Uma educação sexual comprometida em questionar o insistente viés de padronização do comportamento sexual dos sujeitos, e, em contrapartida, vise valorizar e respeitar as diferenças, deve necessariamente estar vinculada à retomada do princípio humanizador da educação. Um projeto de educação sexual que objetive promover a mudança de consciência e atitude diante da sexualidade, passa necessariamente pela contestação do modelo educacional que temos hoje, e principalmente, aos fins a que este se destina.

Tal retomada, insere esta discussão no âmbito das disputas e lutas políticas<sup>4</sup> e nesse sentido, uma educação sexual comprometida com a transformação dos valores sexuais deve ser pensada não somente em foro pessoal, mas, sobretudo, coletivo.

[...] a educação sexual só poderá *contribuir realmente para a mudança dos padrões de relacionamento sexual* se for uma prática de: 1º) *Autonomia*, isto é, de desenvolvimento de atitudes e valores próprio e da consciência de que cada um pode e deve *fazer escolhas pessoais e responder por elas*; 2º) *Participação* em lutas coletivas, ou seja, um processo de *cooperação e conflito*, antes que um exercício de individualismo e cordialidade. Nenhuma transformação significativa na área da sexualidade humana poderá ser conseguida, senão através de *luta solidariamente assumida*; 3º) *Denúncia* e produção de alternativas concretas. A transformação pressupõe *a crítica do presente* à luz do passado – mas exige também a *criação do futuro*. Nesse sentido, o fundamental não é contemplar a *realidade*, mas *sim agir* sobre ela (GOLDBERG, 1982, p. 11-12).

Quando se discute a importância do aspecto da disputa política, não se nega a vital necessidade de pensar metodologias voltadas para este trabalho, mas sim, reitera o aspecto imprescindível de vincular uma prática à outra, para que não se corra a risco de esvaziar os trabalhos de orientação sexual como um fim em si mesmo.

O processo educativo como uma atividade social, cultural e histórica, acontece de inúmeras formas e em diversos espaços, portanto, uma ação pedagógica que preconize uma mudança radical de atitude frente à sexualidade deve ser pensada não somente a partir de dentro dos muros da escola, nem tampouco através da simples transmissão de informação,

---

<sup>4</sup> O aspecto político discutido no interior deste trabalho é definido como uma ação coletiva e organizada, orientado por determinados princípios e valores na luta em defesa dos interesses comuns de um determinado grupo, portanto, diferente do aspecto estritamente partidário.

mas sim, deve pautar-se por ações e atitudes correspondentes aos valores e princípios de uma prática educativa voltada para a liberdade, igualdade e não discriminação.

A educação sexual pensada como um fim em si mesmo não provocará mudanças significativas nos padrões sexuais de hoje, pois, não é suficiente oferecer aos alunos informações sobre a sexualidade e o sexo, mas, sobretudo, provocar a reflexão e uma nova atitude diante dela. Sobre a distinção entre os termos *informação sexual* e *educação sexual*, Bruschini e Barroso fazem a seguinte reflexão:

Os partidários de tal distinção acreditam que, enquanto a educação sexual poderia provocar opções existenciais, a informação seria neutra, transmitido somente conhecimentos e objetivos. A partir dessa perspectiva, outras colocações poderiam ser feitas: em primeiro lugar, a escola deveria se encarregar apenas da informação sexual, cabendo a família o papel propriamente educacional a esse respeito. Além disso, tais informações poderiam ser transmitidas em momentos diferentes, a informação sexual sendo completada, posteriormente, pela educação. No entanto, não se pode dissociar da informação seu caráter formativo e educativo, pretendendo que ela seja neutra. [...] Não se trata, portanto, apenas de uma distinção entre palavras, mas de uma postura ideológica pois, enquanto para uns a educação sexual deveria se limitar à transmissão de informações biológicas, para outros seu objetivo deveria ser bem mais amplo, numa tentativa de atingir o indivíduo ao seu nível psicológico e do emocional (BRUSCHINI e BARROSO, 1982, p. 13-14).

Devemos considerar que o papel que a educação sexual hoje assume, é profundamente complexo e amplo se consideramos as transformações ocorridas principalmente a partir dos anos de 1980. O espaço de luta política da educação sexual abarca hoje questões relacionadas às reivindicações de grupos até então ignorados pela sociedade, mas que atualmente, ocupam um lugar cada vez mais expressivo e combativo na luta em favor dos seus interesses, entre eles se destacam o movimento feminista e o momento de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Transgênero e Simpatizantes – LGBTTTS.

Ao discutir a importância destes movimentos sociais, a escola se coloca como espaço que reconhece a legitimidade da bandeira de luta destes grupos, onde, somente através de uma atitude positiva e solidária frente a essas bandeiras, poderemos de fato caminhar em direção de uma proposta educativa humanizadora, que combata toda e qualquer forma de violência, no qual o respeito ao próximo se dê independente da condição sexual e de gênero de cada sujeito.

Podemos dizer que a escola é o retrato em miniatura do cenário social em que vivemos e, por isso, ela também é palco dos mais variados conflitos e contradições existentes na sociedade. Sendo assim, esta dinâmica das relações sociais se manifesta no ambiente escolar, porém, em menor escala, através da violência, desigualdade, repressão, intolerância, preconceito, entre outros. Isto é a expressão máxima da barbárie, na qual cada vez mais as relações humanas se degradam.

Neste cenário não muito favorável, a escola, no entanto, não pode deixar de ser percebida como um espaço e um momento específico de uma luta mais geral, no sentido de uma mudança social. Por isso, a partir destes conflitos, ela pode ser vista como espaço de disputa que pode favorecer a construção e incorporação das iniciativas de resistência e contestação do presente.

Frente a esse desafio que transcende os limites das instituições escolares e da educação sexual, é necessário mover-se rumo ao horizonte de uma educação que objetive a máxima apropriação das qualidades humanas, e paralela a essa direção, construir uma prática pedagógica humanizadora na medida em que se busca alcançar as condições necessárias e efetivas para o processo de plena emancipação dos sujeitos.

### **Considerações finais**

Vimos que a preocupação com a construção de proposta de educação sexual não é recente, e, no decorrer da história muitos foram os caminhos percorridos para a consolidação desta, seja ela pensada sobre as bases dos ideais conservadores, seja sobre os princípios libertários e progressistas. Sem dúvidas, a proposta de orientação sexual contida nos PCN's sinaliza um avanço na medida em que autoriza e reconhece a importância desta discussão no ambiente escolar. Contudo, existe ainda um longo caminho a ser percorrido em direção da consolidação de trabalhos voltados para a realização de uma educação sexual efetivamente emancipatória.

Fazendo uso das reflexões de Foucault (2006), podemos considerar que o atual modo de organização da vida social nos trás uma nova forma de controle e censura da sexualidade dos indivíduos, pois, ao invés de calar e reprimir as manifestações, pensamentos e discussões sobre o tema, cria-se a falsa idéia de “liberdade sexual”, na qual as pessoas falam de sexo nas escolas, na família, na televisão, nos consultórios, na igreja, entre outros. Contudo, o falseamento desta liberdade revela à vontade de saber sobre o

sexo, que, em tal contexto se transformou em maior controle e dominação sobre os indivíduos.

Na contramão de uma educação sexual tradicional, a escola vista como um espaço de socialização e humanização dos sujeitos, tem no bojo de sua função social a responsabilidade de adotar propostas pedagógicas que se fundamentem sobre as bases do conhecimento científico, mas que além disso, se utilize dele como ferramenta de luta e reflexão sobre as questões emanadas da sociedade e reproduzidas no contexto escolar.

Ao rejeitar a compreensão da sexualidade como elemento constitutivo da identidade dos sujeitos, o educador também está reforçando em seus alunos os padrões estéticos, morais, culturais, religiosos, sociais e políticos, sem, contudo problematizar a ditadura dos valores sexuais vigentes historicamente até os dias atuais. Sendo assim, o educador, dentro da sua importância social, não pode se furtar ao desafio de alterar tal estado de coisas.

## Referências

BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. **Educação Sexual**: debate aberto. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/ Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Pluralismo Cultural e Orientação Sexual – Temas transversais. Brasília, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Graal. Vol.I, 2006.

GOLDBERG. Maria A. A. **Educação sexual**: uma proposta um desafio. São Paulo: Edições Aruanda. Coleções Tempo da Mulher, 1982.

LEÃO, A. M. de C.; RIBEIRO, P. R. M.; BEDIN, R. C. Sexualidade e Orientação Sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação de professores. **Revista Linhas**. V. 11, n. 01, p. 36 -52, jan./jun. 2010.



NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: polêmicas do nosso tempo.** Campinas: Autores Associados, 2000.

REIS, Giselle. V. **Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920 – 1950:** um estudo sobre a obra de José de Albuquerque. 2006. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

RIBEIRO, Paulo R. M. **Educação Sexual além da informação.** São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, Paulo R. M. Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa... a educação sexual no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos XVI e XVII. In: **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED.** 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Educação, 2005.